

---

## Educação em saúde relacionada a sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis: Uma revisão integrativa

---

Letícia Farto de Rossi<sup>1</sup>, Fernanda Moerbeck Cardoso Mazzetto<sup>1</sup>, Kátia Terezinha Alves Rezende<sup>1</sup>, Maria José Sanches Marin<sup>1</sup> e Luciana Rocha de Oliveira Nardo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Faculdade de Medicina de Marília, Brasil | leticiaa.farto@gmail.com; fernandamazzetto4@gmail.com; kati Alvesrezende@gmail.com; marnadia@terra.com.br; lucianarochadeoliveira1978@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-7925-617X>; <https://orcid.org/0000-0001-9276-219X>; <https://orcid.org/0000-0002-9022-2680>; <https://orcid.org/0000-0001-6210-6941>; <https://orcid.org/0000-0003-2094-4685>

**Resumo: Introdução:** O público adolescente possui uma das taxas mais elevadas de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), além de demonstrar maiores fatores de exposição em comparação ao público adulto, assim como altos índices de abandono de tratamento além da dificuldade de acesso. O aumento gradativo dos índices de IST neste público evidencia uma importante questão de saúde pública. **Objetivos:** Analisar como se dá a prática de educação em saúde em relação às IST junto aos estudantes do ensino médio, a partir de uma revisão da literatura. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura na modalidade revisão integrativa, em que foram utilizadas as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud (IBECS) com total de 24 artigos selecionados, considerando critérios de inclusão e exclusão. **Resultados:** A prática de educação em saúde encontra-se fragilizada. Os fatores que influenciam direta e negativamente estão ligados a ausência de ações intersetoriais e interesse das próprias instituições de ensino, assim como as respectivas equipes pedagógicas e de saúde. **Conclusões:** A prática de educação em saúde pode ser implementada de forma em que participem pais, professores e profissionais de saúde juntamente aos estudantes, preconizando pela intersetorialidade e integralidade das ações.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Educação em Saúde; Enfermagem de Atenção Primária; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Promoção da Saúde.

### Health Education Related to Sexuality and Sexually Transmitted Infections: an Integrative Review

**Abstract: Introduction:** The adolescent public has one of the highest rates of Sexually Transmitted Infections (STI), in addition to demonstrating greater exposure factors compared to the adult public, as well as high rates of treatment abandonment in addition to the difficulty of access. The gradual increase in STI rates in this public highlights an important public health issue. **Goals:** To analyze how health education practices in relation to STIs occur with high school students, based on a literature review. **Methods:** This is a literature review research in the integrative review modality, in which the databases of Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Database of Nursing (BDENF) and Index were used. Bibliographic Español en Ciencias de la Salud (IBECS) with a total of 24 selected articles, considering inclusion and exclusion criteria. **Results:** The practice of health education is weakened. The factors that directly and negatively influence are linked to the absence of intersectoral actions and the interest of the educational institutions themselves, as well as the respective pedagogical and health teams. **Conclusions:** The practice of health education can be implemented in a way that parents, teachers and health professionals participate together with students, emphasizing the relevance regarding the insertion of these professionals in order to develop actions that emphasize prevention and promotion practices with an emphasis on sexuality and sexually transmitted infections (STIs).

**Keywords:** Adolescents; Health Education; Primary Care Nursing; Sexually Transmitted Infections; Health Promotion.

## 1. Introdução

A adolescência é marcada por momentos de transformações físicas, psicológicas, sociais e cognitivas intensas, que se desenvolve intransigente, o que pode trazer ao jovem e sua família muitas dúvidas e receios (Morales et al., 2018). Nesse momento de grandes transformações biopsicossociais, costuma ocorrer a iniciação sexual, muitas vezes, sem orientação prévia e regrada de muitas dúvidas e curiosidades, que possibilitaria aos adolescentes realizarem escolhas aleatórias, considerando desejo, prazer e riscos (Sousa et al., 2018).

O período da adolescência pode ser considerado crítico na vida de cada indivíduo, considerando a vivência de descobertas significativas, assim como a afirmação de sua respectiva personalidade e individualidade. A adolescência abrange a transformação do jovem até a idade adulta não apenas sob a perspectiva biológica, mas sim, a social e, principalmente, psicológica (Von Rosen et al., 2018).

Nos dias atuais, embora seja presente e acessível os meios de acesso à informação nas plataformas digitais, a questão da sexualidade ainda é encarada como uma espécie de tabu por grande parte das pessoas, principalmente no que diz respeito ao ambiente intrafamiliar. A questão de dialogar com adolescentes sobre sexualidade muitas vezes está associada ao estigma de que o diálogo aberto e simplificado poderá influenciar diretamente, de alguma forma, o jovem, a buscar por experiências sexuais (Camargo; Ferrari, 2009).

Desta forma, o jovem sente-se inibido e frustrado, por desejar sanar suas dúvidas com alguém da confiança e lidar com uma postura de bloqueio e receio, com certo caráter punitivo decorrente das abordagens de cunho sexual. Pelo fato de não conseguir dialogar abertamente com pessoas próximas e de confiança, os jovens buscam outras ferramentas para esclarecer suas dúvidas (internet, amigos, colegas etc.). Tal iniciativa repercute em respostas contraditórias e sem clareza, onde a taxa de exposição a fatores de risco associados a práticas sexuais incoerentes, como por exemplo, da não utilização da devida proteção, tornam-se comuns e desvalorizadas (Camargo; Ferrari, 2009).

Segundo a médica sanitária Adele Schwartz Benzaken, ex-diretora do Departamento das IST do HIV/AIDS e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do próprio Ministério da Saúde (MS) de nosso país, a mudança do termo “DST” que advém de “Doenças Sexualmente Transmissíveis” para “IST”, sigla representativa da denominação “Infecções Sexualmente Transmissíveis”, representa uma mudança necessária e de extrema pertinência, considerando o fato de que “doença”, naturalmente é associada a manifestação de sinais e sintomas característicos de algumas patologias (Brasil, 2017).

A infecção, segundo Santos (2015), é definida como a implantação, crescimento e a multiplicação do microrganismo no tecido do hospedeiro, causando lesão tecidual, por ação direta ou indireta do microrganismo, por meio da resposta do hospedeiro à presença do agente infeccioso ou de seus produtos. Os vírus são parasitas intracelulares obrigatórios, que se utilizam da maquinaria enzimática celular para benefício próprio, com o custo da morte da célula. Essas IST representam uma ameaça significativa à saúde individual e coletiva, afetando de forma desmedida adultos jovens e adolescentes. Cabe ainda ressaltar que estas são uma severa questão de saúde pública a nível mundial, com cerca de aproximadamente um milhão de novas infecções por dia (Brasil, 2017).

Os estudos sobre a implementação de atividades educativas no âmbito escolar que enfatizem a temática sexualidade, abrangendo dimensões de prevenção às IST, foram desenvolvidos a partir da instituição do PSE pelo decreto nº. 6.286 de 5 de dezembro de 2007, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, em que a finalidade desta estratégia é contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (Brasil, 2007).

As vivências profissionais que possibilitaram a aproximação educação em saúde com o público adolescente levaram à observação de que existe escassez de conhecimento a respeito das IST bem como as medidas que as previnem.

Além disso, é nítido o aumento da incidência e prevalência dessas IST entre essa população, inclusive gravidez precoce, indesejada e não planejada. Diante desta realidade, a questão norteadora de pesquisa é a seguinte: Como se dá a prática de educação em saúde em relação à sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) junto aos estudantes adolescentes do ensino fundamental e médio?

Assim, propõe-se como objetivo da presente investigação analisar como se dá a prática de educação em saúde em relação às IST junto aos estudantes do ensino médio, a partir de uma revisão da literatura.

## 2. Metodologia

### 2.1 Tipo de Pesquisa

Estudo de revisão integrativa, metodologia que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática, sendo a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

A revisão integrativa da literatura é desenvolvida em seis etapas. A primeira se dá a partir da definição de determinada problemática, seguida de consequente hipótese ou questão pertinente ao respectivo contexto de pesquisa. Desta forma, a primeira etapa pode ser compreendida como norteadora do estudo, em que aspectos como objetividade e clareza da temática favorecem a construção bem elaborada. A segunda etapa está diretamente interligada com a anterior, considerando que a partir da temática de pesquisa, há de haver delimitação de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura. A terceira abarca a definição das informações a serem extraídas dos estudos escolhidos, utilizando uma ferramenta para agregar e sintetizar as informações essenciais. Corresponde a etapa de coleta de dados de um estudo convencional.

A quarta é semelhante a análise de dados em pesquisas convencionais. Os materiais selecionados devem ser rigorosamente analisados e detalhados, de forma crítica, buscando refletir quanto aos resultados e pontos de divergência. Envolve a análise dos sujeitos envolvidos, técnicas de pesquisa implementadas, questões norteadoras e respostas alcançadas, assim como a pertinência/relevância do estudo investigado. Na quinta etapa é aquela em que se realiza a discussão dos resultados obtidos considerando a pesquisa convencional. Nela, os resultados obtidos por meio da análise crítica dos estudos incluídos e investigados, são confrontados com referenciais teóricos, favorecendo, ainda, a identificação de lacunas do conhecimento. A sexta consiste na construção do documento que deve abranger a descrição das etapas percorridas pelo revisor ao longo do desenvolvimento da pesquisa e os principais resultados evidenciados resultantes da análise dos artigos incluídos (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Caminhando nesta lógica, o presente estudo partiu do seguinte questionamento: Como vem ocorrendo o processo de educação em saúde em relação às IST junto aos estudantes de ensino médio? Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud (IBECS) e Index Psicologia Periódicos Técnico - Científicos.

Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações nos idiomas português e inglês: “Adolescentes”, “Educação em Saúde”, “Enfermagem de atenção primária”, “Infecções Sexualmente Transmissíveis” and “Promoção da saúde”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra que retratassem a temática referente aos adolescentes escolares no que se refere às ações de educativas sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos seis anos, com intuito de selecionar os estudos mais recentes quanto a temática de abordagem.

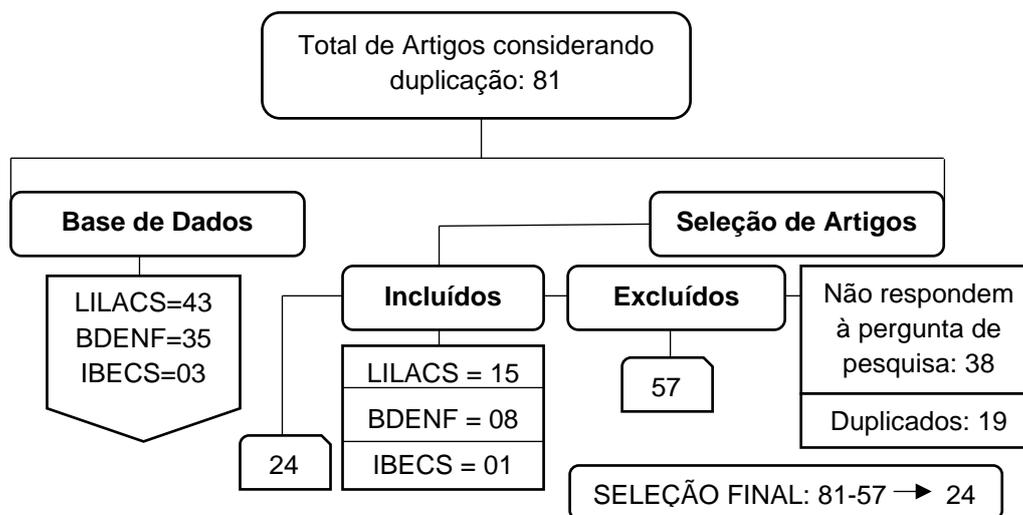
Já no que tange aos critérios de exclusão, encontram-se os artigos que não respondam à pergunta de pesquisa, artigos que abordam outras faixas de idade, trabalhos de revisão sistemática/integrativa, teses e dissertações.

A incorporação da revisão de literatura modalidade revisão integrativa favoreceu a síntese e reflexão a partir de estudos prévios atuais, em que o compilado de informações e respectivo desenvolvimento, auxiliam de forma direta e positiva as práticas em saúde no âmbito da atenção primária, evidenciando a potencialidade de ações intersetoriais baseando-se na percepção de educar para prevenir.

## 2.2 Seleção dos Artigos para Análise

A princípio, considerando o total de artigos conforme as respectivas bases de dados, incluindo duplicação, houve um achado de 81 artigos. Destes, 43 pertenciam a LILACS; 03 ao IBECs e; 35 a BDEFN. Considerando os critérios de exclusão já citados, um total de 57 artigos foram excluídos (38 não respondiam à pergunta de pesquisa e 19 eram duplicados). Quanto aos artigos incluídos neste estudo, 15 pertenciam a LILACS; 08 à BDEFN e; 01 ao IBECs. Desta forma, a seleção final constou de 24 artigos para análise e posterior desenvolvimento.

Os artigos foram submetidos ao processo de fichamento, sendo agrupados em quadros que constavam as seguintes informações: Autor(es), ano de publicação, título, revista a qual foi publicado, informações sintetizadas com base nos estudos alusivos onde o objetivo, justificativa, resultados, discussão e considerações finais foram considerados, buscando, desta forma, extrair de maneira pertinente as informações capazes de responder à questão norteadora deste trabalho: “Como se dá a prática de educação em saúde em relação a sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) junto aos estudantes adolescentes do ensino fundamental e médio?”.



**Fig. 1.** Processo de seleção dos artigos utilizando as bases de dados LILACS, BDEFN e IBECs, considerando as variáveis de exclusão referente ao período de 2015 a 2020.

### 3. Resultados

Em relação à prática de educação em saúde sobre sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis junto aos estudantes do ensino fundamental e médio, a análise dos artigos possibilitou o surgimento de três temáticas: estratégias de ensino aprendizagem, temas abordados e resultados obtidos. Nesse artigo, discorreremos sobre a segunda.

Portanto, os temas abordados puderam abranger tabus (Ataliba; Mourão, 2018; Santos et al., 2017), direitos sexuais e empoderamento, além de crenças relacionadas à sexualidade (Souza et al., 2017). Medidas contraceptivas e de prevenção às IST também foram tratadas com ênfase no uso de preservativo (Barbosa et al., 2019; Santos et al., 2019). Embora haja, atualmente, uma distinta e vasta quantidade de IST, apenas o HIV/AIDS foi mencionado de forma consistente pelos estudantes, além do fato de ser evidente a vulnerabilidade deles quanto a contrai-las, baseando-se em falas em que os adolescentes acreditam que conhecer seu respectivo parceiro poderia funcionar como um método de prevenção relacionado às infecções (Barbosa et al., 2019).

O uso de álcool e drogas pôde ser explorado juntamente aos alunos, sendo que muitos estudantes, em sua maioria do sexo feminino, relataram ter mantido relações sexuais sob efeito de bebidas alcoólicas e outras drogas (Miranda et al., 2018). Tal comportamento evidencia as vulnerabilidades relacionadas às questões comportamentais destes adolescentes, considerando que a prática sexual sob efeito de entorpecentes influencia direta e negativamente a não adesão aos métodos contraceptivos, como o preservativo, por exemplo, favorecendo a exposição às IST (Nobre et al. 2017; Salum; Monteiro, 2015.; Baldoino et al., 2018).

Para Moraes et al. (2019) o preservativo feminino pôde ser abordado com adolescentes mulheres, onde estas associaram palavras ao método contraceptivo baseando-se em suas respectivas vivências. Uma das dificuldades apontadas foi a modificação da aparência da vulva com o uso do preservativo feminino, onde tal estranheza pode estar vinculada a construção histórica e cultural de que a mulher e seu papel devem estar diretamente ligados ao prazer e objetificação sexual do homem, onde, neste caso, a “aparência” poderia causar perda do desejo/libido do parceiro durante a relação.

Embora tenha sido evidenciada tal estranheza com o método, este pôde ser reconhecido como estratégia para prevenção tanto de gravidez indesejada quanto de IST's. Cabe considerar também que a mudança do termo Doença Sexualmente Transmissível (DST) para Infecção Sexualmente Transmissível (IST) não é discutido de maneira efetiva no âmbito escolar, considerando que, apesar de tal alteração ter ocorrido no ano de 2016, a maioria das estudantes utilizou o termo “DST” de forma equivocada, pelo fato de não compreender qual o sentido que motivou a adequação e alteração das siglas (Morales et al., 2019).

Além dos temas mencionados, medidas contraceptivas direcionadas a prevenção de gravidez na adolescência também foram discutidas (Silva et al., 2020; Ataliba; Mourão, 2018; Ferreira; Piazza; Souza, 2019; Miranda et al., 2018; Almeida et al., 2017; Nobre et al., 2017; Russo; Arreguy, 2015; Brasil; Cardoso; Silva, 2019; Baldoino et al., 2018).

Temas como a cultura do machismo, anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores masculino e feminino; Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs); gravidez na adolescência, relações e conflitos familiares, orientação sexual e identidade de gênero também puderam ser dialogados com os estudantes. Quanto às medidas contraceptivas, além dos preservativos feminino e masculino, os alunos foram orientados quanto aos contraceptivos hormonais orais, dispositivo intrauterino (DIU) etc, com intuito de propiciar o aprendizado e a conscientização quanto ao planejamento familiar. Quanto ao gênero, foi perceptível nas falas do público feminino, a desconstrução conservadora do papel da mulher na sociedade, ressaltando as posturas progressistas e falas empoderadas (Ferreira; Piazza; Souza, 2019).

Considerando a iniciação sexual precoce e suas eventuais consequências relacionadas às vulnerabilidades quanto aos fatores de exposição pelo público adolescente, a primeira relação sexual também foi uma temática discutida (Silva et al., 2020; Miranda et al., 2018; Cordeiro et al., 2017). Partindo deste pressuposto, os adolescentes dialogaram também sobre quais são as fontes de informação buscadas com intuito de esclarecer suas dúvidas voltadas à sexualidade (Gondim et al., 2015; Cortez; Silva, 2017).

A temática IST foi predominante quanto aos assuntos explorados junto aos estudantes, considerando, segundo Angelim et al. (2016) e Souza et al. (2017) as vias de transmissão destas infecções. O termo DST foi alterado em 2016 para IST, considerando o fato de que as pessoas infectadas podem, em sua maioria, não apresentar quaisquer sintomas relacionados, apesar de transmitir as respectivas infecções. Considerando este fator, algumas propostas de intervenção utilizaram o termo antigo e popularmente mais conhecido “Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)” durante os encontros (Salum; Monteiro, 2015; Angelim et al., 2016; Ferreira; Piazza; Souza, 2019; Nobre et al., 2017).

Questões com ênfase na higiene pessoal e autocuidado também puderam ser dialogadas com os estudantes adolescentes, considerando a percepção da equipe pedagógica, que avaliou o tema como algo pertinente a ser discutido, além das dimensões sexuais (Salum; Monteiro, 2015).

## 4. Discussão

Embora professores e profissionais de saúde reconheçam a curiosidade do público adolescente em relação a sexualidade como algo positivo, facilitando o processo de educação sexual, há divergências quanto a elaboração de ações educativas, concomitantemente à implementação destas (Pinheiro et al., 2017).

Para esses autores, os setores educação e saúde reconhecem a relevância de estabelecer atividades conjuntas, de forma a garantir a integralidade ao público adolescente.

Os professores demonstram a percepção de que o setor saúde é “mais capacitado” para tais ações, devido a ideia equivocada de que há maior preparação ou capacitação quanto a abordagem das temáticas sexuais.

Para alguns profissionais de saúde, seu papel está limitado ao tratamento de queixas relacionadas às IST, por exemplo. Considerando as barreiras para implementação de ações educativas intersectoriais, cabe ressaltar que aspectos relacionados a proatividade, interesse e atitudes individuais por parte dos profissionais de ambos os setores, são determinantes para a implementação satisfatória de tais atividades.

No entanto, a proposta de implementar oficinas com enfoque na sexualidade e suas dimensões no ambiente escolar, apesar de aprovar, a maioria dos estudantes relata que não participaria de tal atividade, justificando sua decisão pelo fato de manter maior diálogo com amigos e por resistência dos pais/responsáveis (Vieira et al., 2021).

A família, muitas vezes, é a principal responsabilizada pela educação sexual dos adolescentes, embora alguns professores afirmem que o conhecimento dos familiares não seja suficiente e que muitas famílias demonstrem resistência quanto ao apoio à implementação de atividades didáticas voltadas à sexualidade (Pinheiro et al., 2017).

Quanto aos vieses envolvidos para a coleta de dados e investigação dos comportamentos sexuais dos estudantes, é possível que muitas respostas não se enquadrem a realidade, devido ao receio de que as informações relatadas pudessem ser, de alguma forma, acessada tanto pelos pais/responsáveis, quanto pelas autoridades da instituição de ensino. A alternativa para evitar tal viés é a orientação anteriormente ao início das dinâmicas ou entrevistas, assegurando sigilo das informações e anonimato dos participantes envolvidos (Ramos et al., 2018).

Considerando as dificuldades relacionadas a abordagem de temáticas sexuais por parte de pais e professores, cabe ressaltar a ampliação desta quando se trata de um adolescente autista. Culturalmente, as pessoas aceitam e reproduzem a ideia de que o autista é assexuado, correlacionando-o a inocência, definindo uma relação de infantilização e negligência de seus desejos fisiológicos e inviabilizando o alcance de seus direitos sobre o próprio corpo. Os adolescentes autistas percebem uma espécie de barreira até mesmo no que se refere a abordar temáticas sexuais com filhos que não sejam autistas, em que a dificuldade é duplicada no público que vive com o espectro (Brilhante et al., 2021).

Segundo Miranda et al. (2018) os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em que entre 2004 e 2015, o número de novos casos de HIV/AIDS entre meninos e meninas da faixa etária entre 15 a 19 anos aumentou em 53%, mostra-se preocupante o número de adolescentes que não são adeptos a quaisquer métodos contraceptivos, em que eles alegam desnecessária a utilização do preservativo durante as relações sexuais.

É perceptível a maior adesão ao preservativo masculino como forma de contracepção, seguida pelos contraceptivos orais, contracepção de emergência, coito interrompido, calendário e preservativo feminino. O contraceptivo oral, muitas vezes é interpretado como estratégia de prevenção de IST pelos adolescentes, principalmente pelo público masculino, em que este relata não ser necessário utilizar preservativo em todas as relações sexuais (Vieira et al., 2021).

Esses autores também explicitam que embora as meninas possam demonstrar maior conhecimento em relação aos métodos contraceptivos e sua oferta, além da função protetiva quanto a gravidez indesejada e IST, suas práticas sexuais não são condizentes com suas falas, considerando o fato de que os métodos contraceptivos mais utilizados, na prática, sejam os contraceptivos orais e contracepção de emergência, com baixa adesão aos preservativos.

Desta forma, considerando a iniciação sexual precoce de ambos os sexos (média de 14 anos), vale ressaltar o fato de que o conhecimento apropriado associado a práticas condizentes, visando evitar gravidez indesejada e/ou IST, mostra-se crucial quanto a garantia do bem-estar e conservação da saúde dos adolescentes (Vieira et al., 2021).

No Brasil, estudos envolvendo estratégias de educação em saúde foram publicados a partir do ano de 2007, embora nenhum destes, com base na busca na plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), abordou questões direcionadas às temáticas de sexualidade ou Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (Brasil, 2007).

Considerando a instauração do PSE a partir do ano de 2007, os estudos envolvendo práticas de educação em saúde no Brasil demonstram aumento gradativo até então. No entanto, é perceptível a escassez de pesquisas que enfatizem o PSE especificamente, além de atividades que envolvam a intersetorialidade entre saúde e educação, enfatizando temáticas que, ainda hoje, são consideradas tabus por diversas esferas (Brasil, 2009).

Analisando as queixas de despreparo ou ausência de capacitação, associadas à insegurança por parte dos profissionais (professores), é válido considerar a criação de espaços oportunos para discussão permanente da temática sexualidade entre os setores saúde e educação, principalmente no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) (Pinheiro et al., 2017).

## 5. Conclusões

A revisão integrativa na perspectiva da abordagem qualitativa demonstra ser efetiva, pois revela os conteúdos abordados, suas potencialidades e desafios na educação em saúde em relação a sexualidade e IST. Portanto, a investigação possibilita que professores e trabalhadores de saúde, reflitam e reconstruam essa prática em direção a integralidade do cuidado.

Assim, vale ressaltar que por meio de educação em saúde na escola, promovida por profissionais dos setores da saúde e educação, há construção de vínculo entre o público adolescente e esses, possibilitando, desta forma, que os estudantes reflitam de maneira crítica e reflexiva quanto ao autocuidado.

## 6. Referências

- Almeida, R. A. A. S., Corrêa, R. G. C. F., Rolim, I. L. T. V., Hora, J. M., Linard, A. G., Coutinho, N. P. S., Oliveira, P. S. (2017). Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(5), 1033-1039.
- Ataliba, Patrick, & Mourão, Luciana. (2018). Avaliação de impacto do Programa Saúde nas Escolas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 27-35. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018011566>
- Barbosa, L. U., Machado, R. S., Pereira, J. C. N., Lima, A. G. T., Costa, S. S., Folmer, V. (2019). Percepción de adolescentes sobre sexualidad y salud reproductiva: la escuela como espacio para la educación sexual. *Cultura de los Cuidados*, 23(55), 25-34.
- Brasil, M. E., Cardoso, F. B., & Silva, L. M. (2019). Conhecimento de escolares sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. *Revista de Enfermagem UFPE online*, 3, 1-8.
- Brasil, Ministério da Saúde. Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. (2017) Departamento passa a utilizar nomenclatura "IST" no lugar de "DST". Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>.
- Brasil. Presidência da República. Decreto nº 6.286. (2007, 5 de dezembro). Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1.
- Brilhante, A. V. M., Filgueira, L. M. A., Lopes, S. V. M. U., Vilar, N. B. S., Nóbrega, L. R. M., Pouchain, A. J. M. V., & Sucupira, L. C. G. (2021). "Eu não sou um anjo azul": a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(2), 417-423. Epub February 12, 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40792020>
- Camargo, E. Á. I., & Ferrari, R. A. P. (2009). Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3), 937-946.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. (2018). Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. (2ª ed.) Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger\\_cuidar\\_adolescentes\\_atencao\\_basica\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica_2ed.pdf).
- Miranda, P. S. F., Aquino, J. M. G., Monteiro, R. M. P. C., Dixe, M. A. C. R., Luz, A. M. B., Moleiro, P. (2018). Comportamentos sexuais: estudo em jovens. *Einstein (São Paulo)*, 16(3), eAO4265.

- Moraes, Alexia Aline da Silva, Suto, Cleuma Sueli Santos, Oliveira, Ester Mascarenhas, Paiva, Mirian Santos, Ferreira, Cláudia Suelly Barreto, & Barreto, Marizete Alves da Silva de Amorim. (2019). O olhar de alunas de escola pública sobre o preservativo feminino. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 40, e20180277. Epub July 29, 2019. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180277>
- Pinheiro, A. S., Silva, L. R. G., & Tourinho, M. B. A. C. (2017). A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PERSPECTIVA DE INTERSETORIALIDADE. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(3), 803-822. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00084>
- Ramos, L. A. S., Pereira, E. S., Lopes, K. F. A. L., Filho, A. C. A. A., Lopes, N. C. (2018). Uso de métodos anticoncepcionais por mulheres adolescentes de escola pública. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 23, n. 3, p. e55230.
- Vieira, K. J., Barbosa, N. G., Dionízio, L. A., Santarato, N., Monteiro, J. C. S., & Gomes-Sponholz, F. A. (2021). Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes. *Escola Anna Nery*, 25(3), e20200066. Epub Fevereiro 12, 2021. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0066>
- Von Rosen, F. T., Von Rosen, J. A., Riemenschneider, F. M., Damberg, I., Tinnemann, P. (2018). STI Knowledge in Berlin Adolescents. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 15(1), 110.